



## MOVIMENTOS SOCIAIS E “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS”:

possibilidades de superação

Ananias Noronha Filho<sup>1</sup>  
Maria Lucia Brasileiro Lacerda<sup>2</sup>

### RESUMO:

O texto representa o esforço para uma reflexão com as perspectivas de mudanças que são necessárias na contemporaneidade, a partir da busca do entendimento da ação dos movimentos sociais e dos “novos movimentos sociais” e a disseminação do conceito de sociedade civil, bem como, o desenvolvimento de uma consciência que possibilite a (re) organização desses movimentos para que se possa fazer frente aos desmandos do capitalismo que aumenta a exploração e fragmenta ainda mais a sociedade.

**Palavras chave:** movimentos sociais, novos movimentos sociais, sociedade civil, consciência de classe.

### ABSTRACT:

The text represents the effort to reflect the prospects of changes that are necessary in the contemporary, from the pursuit of understanding the action of social movements and the "new social movements" and the dissemination of the concept of civil society as well as the development a consciousness that enables the (re) organization of these movements so that we can tackle the excesses of capitalism which increases the further exploration and fragmented society.

**Keywords:** social movements, new social movements, civil society, class consciousness.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Email: anfr2@hotmail.com

<sup>2</sup> Especialista. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).



## 1. INTRODUÇÃO

As transformações experimentadas pela humanidade nas últimas décadas vêm dando um tom de verdadeira barbárie a ser alcançada, orquestrada pelo modo de produção vigente. Tais transformações, muito bem representadas pela denominada 'globalização', a qual se apresenta como a maior faceta do capitalismo que se metamorfoseia a partir dos avanços tecnológicos, informatização, recursos de comunicação social, ampliação do mercado, tais fenômenos merecem especial atenção para melhor compreensão de tais 'avanços'.

Normalmente, a globalização é associada ao progresso técnico, por isso tende a ser encarada como necessária e benéfica para todos os povos civilizados. Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento deveriam por esse motivo adaptar-se sem restrições à dinâmica e aos propósitos da proposta global. A globalização é o produto mais acabado da economia de mercado do final do século XX. Já não existem dois mundos como na época da guerra fria, em que blocos de poder, o soviético e o americano, se ameaçavam.

Muitos foram os fatos históricos que surpreenderam o mundo nas últimas décadas, destaca-se: a queda do muro de Berlim em 1989, o fim da denominada Guerra Fria entre EUA e URSS, o desmoronamento da URSS e a formação de novos Estados Soberanos no leste europeu. A maior expressão das forças econômicas é verificada pela adaptação dos países mediante ações de liberalização e desregulamentação do trabalho, bem como, a liberdade de ação das empresas em todos os setores da via humana.

O avanço da proposta capitalista para sobrevivência do sistema inclui à formação de blocos internacionais de poder, a fim de regulamentarem as relações econômicas entre os mesmos e aprofundar a circulação de bens, capitais e serviços. Para a consolidação da proposta todas as condições deveriam ser criadas pelos estados no campo institucional, proporcionando padrões para as novas relações econômicas, tais mudanças, para esses pensadores, modificariam as condições de vida e de consumo da população em geral, trazendo melhorarias.

A realidade revela profundas contradições sociais, aumento sem precedente das desigualdades. O carro chefe da globalização, como já citado, é a denominada "*revolução tecnocientífica*", que faz com que pensadores dessa proposta enfatizem a rápida transformação técnica principalmente na área da informática e da microeletrônica, comunicação e transportes. Tais inovações serviram para incrementar o comércio e a circulação de capitais em nível mundial,



desencadeando mudanças nos padrões de organização do trabalho e da produção de mercadorias e serviços.

Mister salientar que anteriormente, o fordismo, que se caracterizava pela produção em massa de bens, aumento do rendimento dos trabalhadores para promover o incremento do consumo no mercado, rigidez na localização das fábricas e nos métodos de produção de mercadorias, foi aos poucos perdendo espaço para o toyotismo, que traz dentre suas características citam-se a flexibilização dos padrões de produção de bens e serviços, aumento da produtividade a baixos custos e diminuição de salários, deslocamento da produção de um país para outro determinado pelas condições oferecidas onde irão se instalar, liberdade de contratação em todos os países, e a desarticulação e desmobilização da classe trabalhadora.

Todas essas transformações dão conta da crise que o sistema vem, ciclicamente, sofrendo, conforme Antunes (2006, p 16)

(...) A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado, (...), profundas mutações no interior do mundo do trabalho. (...) podemos mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Diante dessa realidade quais possibilidades de mudanças poderão ser adotadas pelo conjunto da sociedade que possa fazer frente à barbárie iminente capitaneada pelo capitalismo? É sabido que o conjunto dos trabalhadores, formais e informais, ou melhor dizendo, o conjunto daqueles que “vivem do trabalho”, na atual existência encontram-se desarticulados; tampouco se verifica um movimento real de movimentos sociais históricos, ou “novos movimentos sociais” que estejam fazendo, de forma articulada, frente a tal realidade, ou seja, que estejam buscando a superação do modo vigente de produção.

Como forma de melhor entender as abordagens aqui realizadas sobre movimentos sociais e novos movimentos sociais, concordamos com Houtart (2007) que afirma

Os movimentos sociais são os frutos de contradições que se globalizaram. Segundo Alain Touraine (1999), para serem verdadeiros atores coletivos necessitam de certa inscrição na história, de uma visão da totalidade do campo dentro do qual se inscrevem, de uma definição clara do adversário e, finalmente, de uma organização. São mais que uma simples revolta (as *jacqueries* camponesas) mais que um grupo de interesses (câmara de comércio), mais que uma iniciativa com autonomia do Estado (ONGs). Os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo necessitam um processo de institucionalização.



Criam-se papéis indispensáveis para sua reprodução social. Assim nasce uma permanente dialética entre metas e organização cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução imponha-se sobre as exigências dos objetivos procurados.

Dessa forma busca-se refletir nesse texto caminhos e descaminhos dos movimentos sociais ou novos movimentos sociais e que caminhos poderão ser trilhados para a necessária superação desse estado de coisas que vivemos.

## 2. MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE CIVIL: A BUSCA DE SOLUÇÕES

De início tem-se aqui que a abordagem de *sociedade civil* é na perspectiva gramsciana e marxiana. Concordamos desta forma, com Monal (2003, p 192) que para Gramsci e Marx a sociedade civil é um lugar onde se dão e se chocam diversas contradições, entre as quais as lutas de classe e de diversos grupos e camadas sociais. Esse entendimento proporciona que não podemos pensar em uma solução para as atrocidades implementadas pelo capital apenas no nível local, pensar soluções é situar o desenvolvimento teórico voltado aos processos de mundializações múltiplas que vêm ocorrendo, inclusive a crescente desigualdade de poder entre as nações geradas por tais processos (idem).

Destaca-se que na atualidade fala-se em sociedade civil para pensar a oposição ao sistema capitalista e para delinear estratégias de convivência com o mercado, para propor programas democráticos radicais e para legitimar propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. Busca-se apoio na idéia de sociedade civil tanto para projetar um Estado democrático quanto para atacar todo e qualquer Estado. É em nome da sociedade civil que as pessoas questionam o excessivo poder governamental ou as interferências e regulamentações feitas pelo aparelho de Estado; também em nome dessa mesma sociedade civil é que se 'combate' a globalização neoliberal com a construção de estratégias para outra globalização. Verifica-se que é com base na sociedade civil, muitas vezes, o elogio da atual fase histórica e que são minimizadas os efeitos das políticas neoliberais. Existem governos que falam de sociedade civil para legitimar propostas de reforma e ajuste, tanto quanto para praticar as políticas de sempre com uma retórica modernizada; outros governos progressistas 'sintonizam' suas decisões com as expectativas da sociedade civil. O que se vê é o apelo a esta figura conceitual servindo tanto para imaginar a autonomia dos cidadãos, quanto para viabilizar programas de ajuste fiscal e



privatização do público, onde a sociedade civil é convocada para partilhar encargos que eram estritamente estatais. (NOGUEIRA 2003, p 216).

Para Nogueira (idem), a difusão do conceito de sociedade civil como processo objetivo se deu a partir de quatro vertentes principais. A primeira diz respeito “a complexificação, a diferenciação e a fragmentação societais” a maior expressividade do desenvolvimento capitalista das últimas décadas levando a maior diversificação e individualização das sociedades, tornando-as “muito mais mercantilizadas”. Há a projeção de “novos sujeitos” em detrimento dos grandes sujeitos históricos da sociedade capitalista, como a classe operária que funcionava como “vetor de unificação social” esses novos através de suas ações nem sempre conseguem se unificar.

A segunda vertente relaciona-se a concepção de mundo mais interligado e integrado economicamente, rendido tanto a redes de comunicação e informação quanto a mudanças estruturais responsáveis pela relatividade no poder dos Estados nacionais, assim o social apresenta-se com mais transparência e maior alternativa diante do político, a proximidade das sociedades possibilitou a assimilação de influxos sociais mais padronizados, ameaçando, por conseguinte, a originalidade das culturas nacionais. O mundo tornou-se mais desigual com aumento da distância entre ricos e pobres, protegidos e desprotegidos, trabalhadores e donos dos meios de produção.

Em terceiro lugar viu-se a expansão da cultura democrática de modo geral e da cultura participativa, cita-se o ativismo comunitário e a multiplicação dos novos movimentos sociais; certas determinações de ordem política e econômica, ao longo dos anos de 1980, contribuíram para a terminalidade de regimes de ditadura na América do Sul bem como a derrocada do socialismo no leste europeu. De forma paradoxal esse movimento pela democratização se combinou com uma atitude de abandono do Estado e com a recusa da política institucionalizada, ou com a eloquente unilateralidade de uma sociedade civil com toda a virtude e o dinamismo social que se contraporiam ao autoritarismo, a repressão e a burocracia estatal. Todo esse movimento, em certa medida, fortaleceu o pensamento neoliberal de Estado mínimo e a conseqüente glorificação do mercado. A sociedade civil apresenta-se, nesse momento, como algo hostil ao Estado e a política institucionalizada. Mas diacronicamente verifica-se por parte do setor de planejamento e gestão a forte valorização da idéia de participação, com isso o conceito de sociedade civil desloca-se da sua órbita, o da organização de novas hegemonias, convertendo-se num espaço de cooperação, gerenciamento da crise e implementação de políticas.



Por último, em quarto lugar, verifica-se que a divulgação desse conceito se dá em meio à crise da democracia representativa e pelas transformações na institucionalidade política. Contribui para essa situação a atuação dos meios de comunicação que possibilitou alterações em profundidade de toda a esfera do político, transformando o modo como se produz consenso, a formação de culturas e orientações de sentido e como se constroem hegemonias. Toda essa situação impactou de forma negativa o funcionamento e a identidade de partidos políticos de esquerda uma vez que já estavam abalados pela dificuldade de reprodução dos sujeitos sociais clássicos e pela perda de sentido das utopias; reforçou-se com isso a organização de “novos movimentos sócias”, autônomos em relação à esfera política e a causas de natureza mais “material”. Esse aumento de movimentos e organizações afogaram a sociedade civil e confundiram-se com ela. O espaço antes dedicado à articulação da política dos interesses de classe, essa se reduziu a um acampamento de movimentos, houve aumento da taxa de organização dos interesses, e até mesmo de mobilização democrática, porém, houve perda na unidade política.

A abordagem apresentada aponta para que possamos refletir sobre todas as transformações que vêm ocorrendo na sociedade para que possamos estar atentos a que senhores estão a serviço esses “novos movimentos sociais”? Acredita-se que urge o necessário esforço de entender o que move tais organizações, para tanto que tal refletir sobre a tomada de consciência que leva ao surgimento de tais movimentos.

### **3. MOVIMENTOS SOCIAIS: QUE CONSCIENCIA NORTEIA AS AÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE**

Como forma de orientar as reflexões a seguir apresentadas, as abordagens se darão, principalmente, a partir de Mészáros (1993, pp 75-119). Consideramos que o caminhar da organização dos movimentos sociais, ou ainda, dos ditos “novos movimentos sociais”, estejam de alguma forma ligados à tomada de consciência de uma situação vivida em um momento historicamente determinado pelo *ser social* no momento que se depara com a necessidade de superar uma dificuldade vivida, e como estamos sob a égide do capitalismo mais selvagem, essa situação vivida determina-se pela divisão social do trabalho a qual traduz o nível de exploração a que o homem tem sido levado. Esse homem pertence a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2006) e na condição de homem histórico



(...) tem também consciência. Mas, assim mesmo, não significa consciência pura. Desde o começo pesa sobre o «espírito» a maldição de estar “contaminado” pela matéria que aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, ou seja de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto à consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para outros homens (...); e a linguagem surge como a consciência da incompletude, da necessidade dos intercâmbios com os outros homens” (MARX, 2008 p 56)

É nessa condição da relação com outros homens da mesma classe social, explorada, oprimida que:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 1985 p 159).

A situação de vida de uma classe, ou seja, as relações sociais por ela estabelecidas determinam a consciência desses homens. Mas que consciência poderá avançar para a superação do estado de coisas determinados pelo sistema vigente em uma realidade impregnada pelo culto ao consumo e pelo abandono da busca de entender a essência e a conformação com a aparência dessa realidade?

Não se pode pensar que o desenvolvimento dessa consciência ocorrerá somente através de uma ação social desligada da ação política ou de outra forma, que a ação política pode acontecer sem movimento social (MARX, 1985). Tratar a consciência de classe como mera subjetividade e “subproduto” da economia capitalista é uma caricatura de Marx. Esse ponto de vista surge a partir de uma abordagem que substitui o complexo dialético de Marx por um modelo determinista mecânico e unilateral. Assim, no final, a consciência é grosseiramente subsumida à economia e seu papel se torna ilusório; ela não pode ativamente produzir mudanças, uma vez, que é por si só, o mero produto (na verdade, o “subproduto”) do desenvolvimento econômico capitalista. (MÉSZÁROS, 1983).

Dessa forma todas as questões a serem suscitadas nos movimentos sociais ou nos “novos movimentos sociais” não poderá ser visto como uma determinação do capital, para além disso, as relações estabelecidas mesmo sob a égide desse modelo vigente deverão apontar questões que elevem à definição de uma consciência necessária e não apenas contingente, sob pena de não se avançar além da aparência fetichista imposta pelo capitalismo na atualidade. Para Mézaros



De acordo com Marx, toda conquista humana introduz um elemento novo no conjunto complexo de interações que caracteriza a sociedade em qualquer tempo determinado. Consequentemente, o que é a questão no início, possivelmente pode não se manter como questão em um estágio posterior de desenvolvimento. A advertência dialética sobre a natureza das determinações econômicas que prevalecem “somente em última análise” tem como objetivo enfatizar que, ao mesmo tempo que o conceito das “condições materiais de vida” ocupa, estrutural e geneticamente, uma posição essencial no sistema marxiano – isto é, tanto em relação à gênese histórica das formas mais complexas de intercâmbio humano, como diante do fato de que as condições materiais constituam a pré-condição de vida humana estruturalmente necessária em todas as formas concebíveis de sociedade –, tal conceito não é, de forma alguma, capaz por si só, de explicar as complexidades do próprio desenvolvimento social. (...) quando Marx aponta para abundância – tanto a abundância material quanto a disponibilidade de tempo livre dos homens – como a base necessária, “daquele desenvolvimento da energia humana que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, ele não sugere que essa abundância produza o “reino da liberdade”. (...) enfatizando a base necessária e a pré-condição de um desenvolvimento humano verdadeiramente livre, indica as condições que – uma vez satisfeitas – permitem ao homem superar as determinações materiais e naturais e se opõem “àquele desenvolvimento de energia humana que é um fim em si mesmo”. (idem p 78).

Diante dos fatos que circundam o cotidiano, ao pensar os movimentos sociais contemporâneos vê-se a dispersão que os mesmos apresentam, levando a uma reflexão sobre como se fará a superação do que se vive hoje, em que momento da história recente podemos buscar referência para interpretarmos a realidade desses movimentos. Não podemos, assim, esquecer que esses movimentos sociais ou novos movimentos sociais estão na esteira histórica do que aconteceu em 1968, surgiu ali os germes de um novo tipo de lutas, afirmativas e potentes: o enfrentamento da ordem para além do espaço fabril, um movimento sem a figura de “classe” hegemônica, juntou-se num mesmo potente ciclo uma multiplicidade de singularidades; estudantes, jovens, operários, mulheres. Todos convergiam em uma grande revolta contra todos os muros da sociedade disciplinar, fosse patriarcal – relações de gênero ou entre gerações –, ou fabril, como nas relações tayloristas de trabalho (COCCO, 2009).

É nesse diapasão que os conceitos de classe e de consciência de classe adquirem seu significado completo somente como focos de uma multiplicidade de fenômenos sociais estruturalmente interligados. A consciência de classe não pode ser entendida simplesmente em termos de fatores organizacionais e ideológicos da esfera política, por mais importantes que eles possam ser. Isolar a questão da consciência de classe da problemática complexa a que objetivamente pertence só pode provocar o voluntarismo, o subjetivismo e o aventureirismo. Dispositivos políticos por si só, não fazem qualquer sentido; pois os homens têm de mudar “de cima para baixo” as condições de sua existência, consequentemente, toda sua maneira de ser. (MÉSZÁROS, p 80-81).





O que ocorre com o grupo subordinado é muito diferente, os interesses a curto prazo dos indivíduos particulares, e mesmo da classe como um todo, em um momento dado, podem estar em oposição radical ao interesse de mudança estrutural a longo prazo. É por isto a necessidade de entender a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente ou “psicológica” e a consciência de classe necessária (MARX, apud MÉSZÁROS, idem). A busca do auto-interesse individual – que leva à integração de indivíduos particulares na ordem social vigente – bem como as formas coletivas de ação reformista, na medida em que são extensões diretas dessa busca do auto-interesse particularista, são opostas e transcendem, não na forma de um apriorístico “dever ser numênico” impotente, mas pela realidade do desenvolvimento social, que, a longo prazo, condena necessariamente ao fracasso essas tentativas de uma integração estrutural da classe subordinada, em toda escala significativa. Isso não significa que o problema em si deve ser ignorado, mas que tem que ser mantido em sua perspectiva própria. A ação do grupo, em si mesma, não é, de forma alguma, uma garantia de uma consciência de classe adequada. Tudo depende da natureza real dos objetivos envolvidos, isto é, se as conquistas da ação de grupo podem ser integradas com sucesso ou não. A ação de grupo, desprovida de objetivos estrategicamente significativos, podem apenas fortalecer a “consciência de grupo”, apoiada nos interesses parciais de um grupo limitado de trabalhadores. A melhoria de posição do indivíduo não precisa necessariamente acarretar o enfraquecimento da consciência de classe. Se acarreta ou não, depende, em larga escala, do grau de consciência de classe do indivíduo em questão. (Op cit 80-95).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que o avanço dos movimentos sociais possa se dá a partir do desenvolvimento de uma consciência de classe. O desenvolvimento dessa consciência é um processo dialético, apresenta-se como uma “inevitabilidade histórica”, na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana autoconsciente. Isto requer algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada segundo as condições histórico-sociais específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social. O desenvolvimento direto e espontâneo da consciência de classe



trabalhadora é um sonho utópico, a questão da organização política não pode ser desconsiderada. A questão real é, portanto, a criação de formas organizacionais e mediações institucionais que sejam adequadas aos objetivos estratégicos globais (MÉSZAROS, idem p 96-97).

Nas palavras de Cocco (op cit idem), na situação atual a acumulação se tornou expropriação parasitária do tempo de trabalho excedente e das excedências de vida: significações, conhecimento, cultura. O Capital é um Biocapital, inclusivo e por isso global. Não existe a necessidade de incluir o pobre excluído no trabalho assalariado formal para explorá-lo, pois todo mundo é explorado em sua diversidade (cultural) e fragmentação (social), em qualquer lugar que se encontre.

Todas as transformações até aqui experimentadas pela sociedade, capitaneadas pelo sistema capitalista, com vista a ocupar a mente dos homens em todas as suas dimensões, levando a ações de mobilizações emergenciais, bem como, o fantástico culto ao consumo de novas tecnologias representam a forma mais vil de exploração e alienação do ser social, não se quer o desenvolvimento da consciência de classe necessária numa constituição como “um vínculo psicológico homogêneo”, mas a elaboração de programas de ação estrategicamente viáveis, que englobem uma multiplicidade de grupos sociais específicos, em qualquer variedade de formas organizacionais que possa ser necessária.

Por fim, concordamos com Mézáros, (1983 p 118-119), o que liga vários grupos sociais em uma situação histórica favorável não é algum poder psicológico misterioso, mas programas práticos significativos, resultantes da realidade empírica da subordinação estrutural comum aos grupos ligados ao poder do capital. E o desenvolvimento historicamente necessário da consciência de classe consiste, precisamente, nessa elaboração prática de um conjunto de objetivos estratégicos que correspondam à posição estrutural objetiva dos vários grupos sociais que os formulam.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.



COCCO, Giuseppe. **A riqueza dos pobres contra a riqueza dos ricos.** In: Le Monde Diplomatique Brasil. Abril/2009.

HOUTART, François. **Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico.** Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 20.doc>

MARX, KARL. **A guerra civil em França.** Lisboa. Edições Avante, 1984.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** São Paulo. Global, 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo. Martin Claret, 2008.

MÉSZÁROS, ISTVAN. **Filosofia, ideologia e ciência social:** ensaios de negação e afirmação. São Paulo. Ensaio, 1993.

MONAL, Isabel. **Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos.** In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (org). Ler Gramsci, entender a realidade – International Gramsci Society. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização.** In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (org). Ler Gramsci, entender a realidade – International Gramsci Society. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.